

Exmos Senhores,

**SOCÉRTIMA – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES  
DO CÉRTIMA, LDA**

Assunto: **Ajuste direto, em função de critério material, para aquisição de serviços de aluguer das instalações do Mercado Provisório - Convite**

Processo: **CF/DF/SERV - 173/24**

Em cumprimento da alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com o disposto na subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual (doravante, CCP), bem como a demais legislação complementar, o Município de Águeda convida V. Exas. a apresentar proposta para a aquisição mencionada em epígrafe, no âmbito de procedimento por ajuste direto, regulado nos termos dos artigos 112.º a 127.º do referido Código, e de acordo com as condições estabelecidas no presente convite e no caderno de encargos.

O ajuste direto com apelo ao disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º, conjugado com a subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, tem por base a proteção de direitos exclusivos (direitos de propriedade). Teve em consideração o facto da entidade convidada ser a proprietária de todas as instalações, ligações, infraestruturas e materiais diversos já instalados e essenciais para o funcionamento do Mercado Provisório.

O vocabulário comum para os contratos públicos a que se refere o Regulamento (CE) n.º 2195/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de novembro de 2002, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008 é: **71326000-9 Serviços auxiliares de edifícios.**

### **1- Entidade adjudicante**

A entidade pública contratante é o **MUNICÍPIO DE ÁGUEDA**, por intermédio do serviço de aprovisionamento e contratação pública da Divisão Financeira, sita na **Praça do Município, 3754-500 Águeda**, com o número de telefone **234 610 0 77** e de fax: **234 610 078** e com o e-mail: [sc-cap@cm-agueda.pt](mailto:sc-cap@cm-agueda.pt).

## **2- Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura de procedimento por ajuste direto em conformidade com o previsto nas alíneas e artigos supra referidos, foi determinada por despacho do Exmo Sr. Presidente Câmara Municipal, Enf. Jorge Almeida, datado de **15 outubro de 2024**, ao abrigo de competência delegada em reunião da Câmara Municipal de 2 de novembro de 2021 - proposta n.º 483/2021, conforme previsto nas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33º e 34º do anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei 197/99, de 08 de junho, e nos artigos 36º e 38.º do CCP.

## **3 - Preço base**

3.1 - O preço base do presente procedimento é de **€298.000,00 (duzentos e noventa e oito mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

3.2 - Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi definido tendo em conta os preços médios de mercado atualmente praticados para procedimentos de idêntica ou complexidade superior à deste tipo de procedimento, o valor máximo que a entidade adjudicante decidiu pagar para aquisição deste tipo de serviços em função da área em causa e do tipo de projeto.

## **4 – Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento, erros e omissões do caderno de encargos**

4.1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação acinGov, na funcionalidade de **‘Pedidos’**, na opção **‘Pedidos de Esclarecimentos/Retificação’**.

4.2 - Os esclarecimentos serão prestados por escrito, até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos estipulados no artigo 116.º do CCP, através da plataforma eletrónica de contratação acinGov na funcionalidade de **‘Pedidos’ – ‘Pedidos de Esclarecimento/Retificação’**.

4.3 - No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado deve ainda apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do

procedimento por si detetados, através da plataforma eletrónica de contratação acinGov na funcionalidade de ‘Pedidos’ < ‘Lista de Erros/Omissões’.

4.4 - A entidade competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no ponto anterior, até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, considerado o disposto no n.º 5 do artigo 50º do CCP, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam expressamente aceites.

4.5 - A entidade competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação das peças do procedimento até ao dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos estipulados no n.º 7 do artigo 50º, conjugado com o artigo 116.º do CCP.

4.6 - Os esclarecimentos e as retificações, bem como as listas de erros e omissões referidas nos números anteriores são publicitados na plataforma eletrónica acinGov, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **5 - Prazo e modo de entrega da proposta**

5.1 - A data limite para a apresentação das propostas é até às **23h59 do 6.º (sexto) dia a contar da data de envio do convite através da plataforma eletrónica**. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, os prazos fixados para a apresentação das propostas não se suspende nos sábados, domingos e feriados. Sempre que a data limite para entrega da proposta ocorra aos sábados, domingos e feriados, a entrega da mesma realizar-se-á no dia útil seguinte.

5.2 - A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deverá ser realizada exclusivamente de forma eletrónica, através da plataforma acinGov, acessível no sítio eletrónico **www.acingov.pt**. devendo cumprir com o disposto nos pontos seguintes:

5.2.1 – Para aceder ao procedimento, clique em “Convites” (canto esquerdo) e aceder ao respetivo procedimento;

5.2.2 – Após aceder ao procedimento e consultar as peças deste, poderá submeter proposta no separador “Propostas” - “Consultar/Editar Propostas”.

\* Em caso de alguma dúvida, favor contactar o Call Center – 707 451 451.

5.3 - Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados nos termos definidos no artigo 62º do CCP.

## **6 - Documentos que instruem a proposta**

6.1 - Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo. A proposta será instruída com os seguintes documentos:

*a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao Código dos Contratos Públicos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º, na sua redação atual, e que constitui anexo I do presente convite, assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;*

*b) Preço total da proposta;*

*c) Preço da renda mensal dos serviços/equipamentos previstos no Caderno de encargos;*

*d) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao objeto contratual, nomeadamente os termos e condições relativos a aspetos da execução do contrato definidos no caderno de encargos e aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule;*

*e) Certidão de registo permanente, código de acesso à mesma, ou documento equivalente, que permita conferir o poder de representação e assinatura do assinante da proposta.*

6.2 - O concorrente deverá assinar eletronicamente a proposta e todos os documentos que lhe associar, nos termos e condições estipuladas no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

## **7 - Preço**

7.1 - Os preços constantes da proposta são indicados em algarismos e não incluem o IVA, contudo deverá ser mencionado que aos preços propostos acresce IVA à taxa legal em vigor, se aplicável.

7.2 - Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.

7.3 - O preço unitário da proposta poderá ser apresentado com o limite máximo de três casas decimais.

7.4 - Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

## **8 - Abertura das propostas**

A abertura das propostas ocorrerá pelas **09h00m** do dia útil seguinte ao termo do prazo fixado para a sua apresentação.

### **9 - Idioma da proposta**

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, conforme o previsto no artigo 58º do CCP.

### **10 - Propostas variantes**

10.1 - Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

10.2 - São variantes as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas nos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

### **11 - Prazo de manutenção das propostas**

Os concorrentes obrigam-se a manter a proposta pelo prazo de **66 (sessenta e seis) dias**, contados da data limite para a sua entrega.

### **12 - Análise da proposta**

12.1 - Compete aos serviços da entidade adjudicante analisar a proposta, pedir esclarecimentos sobre a mesma e submeter o projeto de decisão de adjudicação ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos previstos nos artigos 72.º e 125º do CCP.

12.2 - Neste caso, não há lugar a audiência prévia, nem à elaboração de relatório preliminar e final, podendo o concorrente ser convidado a melhorar a sua proposta.

12.3 - Os esclarecimentos prestados pelo proponente fazem parte integrante da proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do nº 2 do artigo 70.º do CCP.

12.4 - Poderá ser solicitado ao proponente que, **no prazo de 2 (dois) dias úteis**, proceda ao suprimento de irregularidades formais das suas propostas que careçam de ser supridas, desde que tal suprimento não seja suscetível de modificar o respetivo conteúdo e não desrespeite os princípios da igualdade de tratamento e da concorrência, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72º do CCP.

12.5 - Na análise da proposta, poderá proceder-se à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deva ser corrigido.

### **13- Condições de adjudicação**

13.1 - A adjudicação é efetuada nos termos do disposto no artigo 125.º do CCP.

13.2 - A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

13.3 - O número de compromisso deverá constar na fatura/recibo a emitir para o pagamento das respetivas despesas inerentes ao presente contrato.

13.4 - Não há lugar à adjudicação quando se verificarem os pressupostos definidos no artigo 79.º do CCP.

13.5 - A decisão de não adjudicação, acompanhada dos seus fundamentos, deve ser comunicada ao concorrente e determina a revogação da decisão de contratar.

### **14 - Notificação da adjudicação e documentos de habilitação**

14.1 - A decisão de adjudicação é comunicada até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do n.º 1 do artigo 76.º do CCP.

14.2 - **No prazo máximo de 3 (três) dias úteis** subsequentes à notificação de adjudicação, o adjudicatário deverá apresentar, na plataforma eletrónica acinGov, no separador 'Adjudicação', os seguintes documentos de habilitação a que se refere o n.º 1 do artigo 81.º do CCP:

*a) **Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo II ao Código dos Contratos Públicos a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º, na sua redação atual, e que constitui anexo do presente convite, assinada pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar;***

*b) **Documento comprovativo de situação contributiva regularizada para a segurança social em Portugal, ou consentimento de consulta, nos termos previstos na alínea d) do artigo 55º e no artigo 83º-A do Código dos Contratos Públicos;***

*c) **Documento comprovativo de situação tributária regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal, ou consentimento de consulta, nos termos previstos na alínea e) do artigo 55º e no artigo 83º-A do Código dos Contratos Públicos;***

*d) **Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código, no caso a certidão de registo criminal para efeitos de 'Contratação Pública', ou documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, que comprove que aqueles requisitos se encontram satisfeitos, nos termos do artigo 83.º-A do Código dos Contratos Públicos,***

*conjugado com a Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro (no caso, deverá ser apresentada a certidão de registo criminal da entidade coletiva e o registo criminal de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções).*

14.3 – Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar **o comprovativo de registo de beneficiário efetivo**, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (**RCBE**), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08, e a **certificação PME** (emitido pela IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.), prevista no Decreto-lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, na sua redação atual, que confira a dimensão da vossa empresa para efeitos de publicitação do contrato no Portal dos Contratos Públicos (BaseGov).

14.4 - Caso se justifique, para cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 81º do CCP, poderá ser solicitado ao adjudicatário, no prazo de **3 (três) dias úteis** contados da respetiva notificação, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos de titularidade das habilitações legalmente exigidas para execução das prestações do objeto de contrato a celebrar, ainda que tal não conste no presente convite.

14.5 - Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade dos documentos de habilitação, o órgão competente para a decisão de contratar poderá sempre exigir ao adjudicatário para que este apresente, no prazo de **3 (três) dias úteis**, os originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.

14.6 - Todos os documentos de habilitação deverão obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos noutra língua, sob pena de caducidade da adjudicação.

14.7 - O adjudicatário tem **3 (três) dias úteis** para se pronunciar, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sempre que se verifique um fato que determine a caducidade da adjudicação, designadamente a não apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com o previsto nas alíneas a), b) e c) nº 1 do artigo 86º do CCP.

14.8 - Quando as situações previstas no nº 1 do artigo 86º, se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional de, no máximo **3 (três) dias úteis**, para a apresentação dos documentos de habilitação em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

14.9 - Nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 115.º do CCP, o adjudicatário tem um prazo máximo de **3 (três) dias úteis**, após a notificação da entidade adjudicante, para apresentação dos documentos de habilitação resultantes do suprimento de irregularidades detetadas nos mesmos, que possam levar à caducidade da adjudicação.

14.10 - O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias úteis, ao abrigo do n.º 2 do artigo 85º do CCP.

14.11 – Nos termos do n.º 10 do artigo 81º do CCP, o adjudicatário fica dispensado da apresentação dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d) e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado<sup>1</sup>, disponível em [www.pnfe.impic.pt](http://www.pnfe.impic.pt)

### **15 - Aprovação e aceitação da minuta do contrato**

15.1 - A entidade adjudicante aprova a minuta de contrato a celebrar em simultâneo com a decisão de adjudicação, nos termos do artigo 98.º do CCP.

15.2 - A aprovação da minuta do contrato a celebrar tem por objetivo verificar se o seu conteúdo está conforme à decisão de contratar e a todos os documentos que o integram nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96º, sem prejuízo de serem propostos ajustamentos ao conteúdo do contrato, nos termos do artigo 99º do CCP.

15.3 - O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer proposta. Os ajustamentos não podem implicar, em caso algum a violação de parâmetros base fixados no caderno de encargos nem de aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência, nem a inclusão de soluções contidas em propostas apresentada por outro concorrente.

15.4 - Nos termos do artigo 100º do CCP, a minuta do contrato a celebrar é notificada ao adjudicatário, assinalando-se expressamente os ajustamentos propostos nos termos do ponto anterior, se aplicável.

<sup>1</sup> Decreto-lei n.º 72/2018, de 12 de setembro – procede à criação do Portal Nacional dos Fornecedores do Estado (Portal).



15.5 - A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos dois dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos previstos nos artigos 101.º e 102.º do CCP.

#### **16 - Prestação da caução**

Não é exigida a prestação da caução ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

#### **17 - Celebração do contrato**

17.1 - A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, nos termos do artigo 104.º do CCP, mas nunca antes de apresentados todos os documentos de habilitação exigidos, e confirmados os compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, se aplicável.

17.2 - Sem prejuízo do disposto no artigo 104.º do CCP, após a aceitação da minuta do contrato pelo adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar comunica ao adjudicatário o local e data em que deve comparecer para a respetiva outorga.

17.3 - O contrato será elaborado em suporte informático com aposição de assinaturas eletrónicas, mediante utilização de cartão de cidadão, nos termos previstos nos artigos 94.º e seguintes do CCP.

17.4 - A adjudicação caduca se, por fato que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para outorga do contrato ou, não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente da decisão de contratar, nos termos do artigo 105.º do CCP.

#### **18 - Contagem dos prazos**

18.1 - Os prazos relativos ao procedimento de formação do contrato contam-se em dias úteis e suspendem-se nos sábados, domingos e feriados, nos termos do n.º 1 do artigo 470.º do CCP, conjugado como o disposto na alínea c) do artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.

18.2 - Os prazos fixados para apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados, nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP.

#### **19 - Despesas**

19.1 - Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas constituem encargo dos concorrentes.

19.2 – As despesas e encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.

## **20 - Legislação aplicável**

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, e demais legislação complementar.

Com os melhores cumprimentos,

Águeda e Paços do Concelho, 15 de outubro de 2024

***O Presidente da Câmara Municipal,***

*(competência delegada em reunião da Câmara Municipal de 2 de novembro – proposta n.º 483/2021)*

*(Enf. Jorge Almeida)*

CF/DV-FIN/SV-ACP

**Anexo I - Modelo de proposta financeira**

(ponto 6 do convite)

..... (denominação social da entidade concorrente), depois de ter tomado inteiro e perfeito conhecimento do objeto do contrato do procedimento por ajuste direto, para **“aquisição de serviços de aluguer das instalações do Mercado Provisório”**, obriga-se a cumpri-lo integralmente em conformidade com o caderno de encargos pelo preço contratual de ..... (valores em numerário e por extenso), o qual integra a renda mensal no valor de ..... (valores em numerário e por extenso).

À(s) quantia(s) supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Mais declara que renúncia a qualquer foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do respetivo contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[local, data]

### ANEXO I - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Contém as alterações dos seguintes diplomas:

- Lei n.º 30/2021 de 21 de maio

## ANEXO II - Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Contém as alterações dos seguintes diplomas:

- Lei n.º 30/2021 de 21 de maio